

OCUPAÇÃO MARÍTIMA E CRIAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS NA COSTA BRASILEIRA: UM ESTUDO DE CASO NA HISTÓRIA RECENTE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO/BRASIL

Leonardo Bis dos Santos
(UFES)

Resumo/Abstract

A criação de áreas protegidas é uma política pública que remonta ao século XIX, com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos EUA. No Brasil, a primeira experiência foi implementada em 1937, com a criação do Parque Nacional do Itatiaia. É ponto pacífico que essa política nasce necessariamente de um conflito pelas diferentes formas de apreensão social do meio ambiente. Geralmente está associada ao conflito de interesses que opõe, de um lado, setores ligados ao desenvolvimentismo econômico e, de outro, setores ligados à defesa da natureza, seja ela de forma integral ou aliando os interesses de populações com alto grau de integração com os ciclos naturais, as ditas populações tradicionais.

Mas se a criação de áreas protegidas em terra se mostrou uma política pública conturbada, em 1983 o Brasil ingressava num outro patamar na proteção dos recursos bióticos. Naquele ano era criado o primeiro Parque Nacional Marinho (PARNAMAR): em Abrolhos. De lá para cá, várias outras áreas protegidas dessa categoria foram implementadas. Vale ressaltar que a criação de unidades de conservação marinhas apresenta uma outra lógica de entendimento do uso e ocupação do espaço, já que, por exemplo, não há a possibilidade de residência fixa em seu interior.

O presente resumo é resultado de investigações em torno da criação de duas unidades marinhas na costa do Estado do Espírito Santo/Brasil, como forma de identificação dessa ordem simbólica diversa frente à apropriação ambiental.

Foram analisados documentos de reuniões de empresários, de ambientalistas, reportagens de jornais, relatórios técnicos dos órgãos ambientais brasileiros, vídeos e fotografias, do período entre 2000 e 2010, à luz da teoria de Pierre Bourdieu acerca da história reificada e da história incorporada, bem como sobre os conceitos de campo e *habitus*, a fim de traçar as ordens de conflitos entre moradores locais, ambientalistas e representantes de grandes empresas a Petrobrás S/A.

Nos 10 anos desde a primeira proposta de área protegida para a região até a sua criação efetiva uma série de desafios foram sendo consolidados. Primeiro a categorização da área, que variou desde uma unidade de uso sustentável – Área de Proteção Ambiental (APA) – passando por uma Reserva Biológica (REBIO), de proteção integral, onde o ser humano é aliado da área.

Por se tratar de uma área marinha, originalmente foi defendida a tese de que não havia ocupantes da então futura unidade de conservação. Um mapeamento georreferenciado entre pontos de pesca de comunidades artesanais da zona costeira, contudo, demonstrou que a área era ocupada economicamente. Tais pescadores, dada sua limitada capacidade de locomoção de suas embarcações, estabeleceram uma relação bastante integrada com os ciclos naturais da região.

O resultado final foi a criação da Reserva Biológica Costa das Algas e da Área de Proteção Ambiental de Santa Cruz, em 2010. Do ponto de vista da investigação, foi

publicado o livro *Nas trilhas da política ambiental: conflitos e agendas* (São Paulo: Annablume, 2012).

CV

Leonardo Bis dos Santos é Sociólogo (UFES); Mestre em Políticas Sociais (UENF) e Doutorando em História (UFES). Atualmente é professor efetivo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Espírito Santo/Brasil. Entre as publicações mais recentes, destacam-se:

Livros completos publicados

SANTOS, Leonardo Bis dos. *Nas Trilhas da Política Ambiental: conflitos e agendas*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2012.

Artigos publicados

SANTOS, Leonardo Bis dos. O conflito social como ferramenta teórica para interpretação histórica e sociológica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 9, p. 541-553, 2014.

(<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v9n2/a15v9n2.pdf>)

Martins, A. S.; SANTOS, Leonardo Bis dos; Pizetta, G. T.; Monjardim, C.; Doxsey, J. R. Interdisciplinary assessment of the status quo of the marine fishery systems in the state of Espírito Santo, Brazil, using Rapfish. *Journal of Applied Ichthyology* (Blackwell Verlag, Berlin) v. 25, p. 269-276, 2009.

(<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1439-0426.2009.01305.x/abstract>)

Capítulos de livros publicados

SANTOS, Leonardo Bis dos; RIBEIRO, Luiz Cláudio M. Disputas pelo mar: desenvolvimento e conflitos no litoral e espaço oceânico da costa capixaba. In: Jorge Luiz dos Santos Júnior; Wander Luiz Pereira dos Santos. (Org.). *Desafios do desenvolvimento capixaba no século XXI*. 1ed. Porto Alegre: CRV, 2013, v. 1, p. 73-89.